

Afinal, para que serve a história da arqueologia? Arqueologia e território: realidades, necessidades e possibilidades (breves reflexões)

Ana Cristina MARTINS¹⁰⁸

“[T]here is no reason to think that people are more passive when looking at old photographs or film footage, handling a museum exhibit, following a local history trail, or even buying a historical souvenir, then when reading a book. People do not simply ‘consume’ images in the way in which, say, they buy a bar of chocolate.”
(Samuel 1994: 271)

Resumo

A investigação em história da arqueologia não se circunscreve a compreender a evolução do pensamento arqueológico, nem a demonstrar a importância de indivíduos, instituições e projetos no processo de afirmação e desenvolvimento da própria arqueologia. A história da arqueologia também não se resume a demonstrar a multiplicidade da sua relevância e utilização em diferentes agendas ideológicas e políticas. Hoje, mais do que nunca, a história da arqueologia deve assumir-se como **“ciência cidadã”, contribuindo para compreender as inúmeras relações que se vão estabelecendo entre arqueologia, território, comunidade, memória, sentimento, emoção e desenvolvimento sustentável.**

Palavras-chave: História da Arqueologia; Território; Comunidade; Memória; Emoção.

Abstract

Research in the history of archeology is not restricted to understanding the evolution of archaeological thought, nor to demonstrating the importance of individuals, institutions and projects in the process of assertion and development of archaeology itself. The history of archaeology is also not limited to proving the multiplicity of its relevance and use in different ideological and political agendas. Today, more than ever, the history of archaeology must assume itself as a **“citizen science”, helping to**

¹⁰⁸ IHC - polo da Universidade de Évora | IN2PAST | Centro de Arqueologia (Uniarq) da Universidade de Lisboa. acmartins@uevora.pt.
O Instituto de História Contemporânea, Polo da Universidade de Évora é financiado pela FCT através dos projetos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.

understand the many relationships that are being established between archaeology, territory, community, memory, feeling, emotion and sustainable development.

Keywords: History of Archaeology; Territory; Community; Memory; Emotion.

Introdução

Imaginemos que, falando de arqueologia pública, alguém, sendo arqueólogo, afirma que *a arqueologia que pratica é e sempre foi pública*. Possivelmente ficaria agradado, confuso ou surpreendido. Agradado, pela comunhão evidenciada com o conceito de ‘arqueologia pública’. **Surpreendido, pelo inesperado da declaração. Confuso por se tratar de um conceito que lhe parecia não merecer dúvidas e, por isso, consensual.**

Mas eis que esta afirmação o insta a refletir e a interrogar-se: haverá quem não reconheça existência própria a este conceito e para quem ele seja um verdadeiro não-assunto? *Impossível*, concluirá.

Impossível por ser uma especialidade bem firmada na arqueologia, como testemunha o número crescente de cursos de graduação e pós-graduação replicados em diferentes universidades dispersas um pouco por todo o mundo, a partir de uma gestação essencialmente anglo-saxónica. Exemplos que se estendem ao domínio da edição, com múltiplos títulos publicados anualmente. Impossível, ainda, pela existência de grupos de trabalho que lhe são dedicados, alguns dos quais incorporados em organismos de referência para a arqueologia na atualidade, como a *European Association of Archaeologists* que conta com uma *Public Archaeology Community*. Impossível, ademais, por se encontrar consignada na legislação patrimonial e arqueológica vigente em vários países, incluindo Portugal. Impossível, também, porque o nosso país e outros estados ratificaram e adotaram documentos internacionais que os vincula, mesmo que indiretamente, a esse conceito.

É o caso da ‘Declaração de Amsterdão’ (1975) ao reconhecer a importância da participação dos cidadãos na conservação integrada do património, sobretudo quando este é entendido como “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica.”¹⁰⁹. Enunciado reforçado na ‘Convenção de Faro’ (2005), ao apreciar o papel do património

¹⁰⁹ Conferência Internacional sobre Conservação (2000) Carta de Cracóvia – Princípios para a conservação e o restauro do património construído, “Anexo - Definições”.

cultural na sociedade contemporânea e o da cooperação, por inerência, entre instituições de diversa natureza e tipologia na sua valorização. Assim se fortalece a **ideia de ‘conservação integrada’ do património, seja ele identitário, natural ou ecossistémico**, à qual acresce agora a de elemento potenciador do seu desenvolvimento sustentável. Assim se coopta a sociedade civil em processos de gestão do património cultural norteadas pelo respeito pela **“diversidade cultural, biológica, geológica e paisagística tendo em vista a obtenção de um equilíbrio entre estes elementos”** (art. 8.º), **reconhecendo “que o direito ao património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural, tal como definido na Declaração Universal dos Direitos do Homem.”** (art. 1.º).

Assim sendo, o que pareceria uma afirmação inesperada mais não será do que o resultado de anos sucessivos de prática arqueológica, donde patrimonial, apelando à participação de diferentes públicos. Impõe-se, contudo, interrogar que tipo e grau de participação tem sido desenvolvida: passiva ou ativa? Se ativa, em que momento, de que modo e com que objetivo? **Bastará organizar ‘Dias Abertos’ às escavações? Será suficiente realizar conferências a nível local para esclarecimento de trabalhos executados e previstos? Ou dever-se-á somar a estas atividades outras muitas destinadas a envolver as diferentes comunidades residentes, apelando à sua participação operante em todas as etapas de valorização, incluindo a identificação, a divulgação e fruição do património?**

Perguntas que poderão ser tanto mais pertinentes quando o conceito de ‘arqueologia pública’ integra o léxico oficial da especialidade desde a publicação de *Public Archaeology* (1972) (Matsuda &Schadla-Hall 1999: 147), do norte-americano Charles R. McGimsey (1925-2015), para quem não existe *such thing as ‘private archaeology’* e se deve instar à preservação do património arqueológico em nome do *public right to knowledge* (McGimsey 1972: 5). Um texto que é, ademais, dado à estampa três anos antes da ‘Declaração de Amesterdão’ (*vide supra*), numa coincidência no tempo e na geografia epistemológica anglo-saxónica que não será fortuita, como não coincidente será o contexto mais amplo vivido na Ocidentalidade entre os anos 60 e 70.

Com efeito, há que recordar como este período assiste a um reforço da esfera pública e do debate público em múltiplas dimensões da vida, em regimes não totalitários. Neles se assiste à **emergência da “cultura de massas’ fomentada pela implementação da televisão e do crescimento e diversificação dos outros órgãos de comunicação social,**

com realce para a imprensa escrita e a rádio. Ocorrências revigoradas por um contexto de efervescência política suscitada pelos movimentos dos direitos civis nos Estados Unidos da América, de libertação de antigas colónias europeias - mormente em África -, e do antinuclear. Acresce a estes motos os da contracultura composta dos movimentos *Beatnik*, *Hip Hop*, *Flower Power*, de defesa ambiental, da segunda vaga feminista, de liberalização de costumes e de pensamento plasmados no maio de 68.

Um conjunto de fenómenos que se reflete na esfera cultural e patrimonial, mesmo que indiretamente. Disso é exemplo a França de André Malraux (1901-1976), como Ministro da Cultura, ao robustecer o investimento estatal na cultura em 1% do PIB. Fenómenos produzidos entre os *Swinging Sixties* e o pivô da mudança da história mundial em que se transformam os anos 70 e que chegam a Portugal, de forma controlada e filtrada, até à afirmação plena do regime democrático, nomeadamente com as contestações à Guerra Colonial (1961-1974) e as crises e greves estudantis (1962 e 1969). No entanto, é necessário esperar pelo Programa do I Governo Constitucional (1976/1978) para que o espaço cultural seja entendido no país como de articulação entre entidades políticas e públicas em busca de uma narrativa participativa para a criação de um entendimento comum, seja do presente, seja do passado. Somente assim se começa a assistir à consolidação da ideia de cultura enquanto fator de desenvolvimento, ao mesmo tempo que os anos 80 aportam a implementação e desdobramento de infraestruturas apropriadas à promoção cultural reivindicadas pelas populações locais e regionais.

Arqueologia Pública: apontamentos

Envolto numa crescente intensidade de especialização observada em todos os domínios científicos com o despontar da 'Big Science' durante e após a II Guerra Mundial (II GM) (1939-1945), o progresso científico escora em projetos de grande envergadura financiados por governos nacionais ou por conjuntos de governos, não apenas para recuperação das economias, como das culturas essenciais a reafirmações identitárias. São as estruturas governamentais as únicas passíveis, neste momento, de garantir a composição de equipas numerosas, a aquisição de equipamento sofisticado e a montagem de laboratórios devidamente apetrechados, colocados ao serviço da ciência para resolver situações essenciais à vida humana. Produção científica que exige uma maior especialização e abordagens multidisciplinares.

A arqueologia não é alheia a este processo. Por isso abrange métodos quantitativos, procura aprofundar e ampliar a colaboração científica, ao mesmo tempo que cria subdisciplinas e os amadores dão lentamente lugar aos especialistas contratados por universidades e centros de investigação. Mais do que isso, os anos 60 demonstram como ciência, património edificado e móvel e desenvolvimento económico são compatíveis.

Disto é exemplo a campanha internacional lançada pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, no início desta década, com pedido prévio dos governos egípcio e sudanês e envolvimento de personalidades como a egiptóloga francesa Christianne Desroches-Noblecourt (1913-2011), para resgate dos monumentos do Antigo Egito ameaçados pela construção da barragem do Assuão, um empreendimento considerado essencial para o desenvolvimento económico e energético do Egito (Sales, 2005). Trata-se de uma experiência sem precedentes de colaboração científica à escala mundial, com mais de 50 países a oferecerem ajuda técnica e financeira para preservar um trecho importante da história da humanidade. O pioneirismo desta iniciativa assenta, no entanto, mesmo que indiretamente, nos objetivos subjacentes à criação do ICCROM - *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (UNESCO, 1956) e do ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (1965) e no reconhecimento inerente do valor transnacional do património cultural enquanto fator de união e enriquecimento para todas as sociedades (Ferreira, 2013: 131).

Mas sendo percusora e apesar da construção genérica de uma opinião pública solidária, esta decisão pouco ou nada parece revelar sobre o lugar das comunidades habitantes no território afetado. Desperta, contudo, a comunidade internacional para a Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, também conhecida como **‘Recomendação de Paris’ (1972), assumida pela 17.^a sessão da Conferência Geral da UNESCO**. A fruição crescente dos bens patrimoniais por parte de um público mais informado e interessado parece justificar a internalização de teorias e práticas ocidentais neste campo de atuação. Assim parece nascer o conceito de **‘património cultural universal’ pertença de toda a coletividade internacional que é chamada a garantir a sua proteção de forma solidária** (A.V.V., 2011: 223). Não indica, porém, a prática de um património público, neste caso, de uma arqueologia pública, no sentido que lhe é conferido por Charles R. McGimsey (*vide supra*) precisamente no mesmo ano desta Convenção. Sincronismo que não será acidental.

Casual ou não, a ideia de ‘arqueologia pública’ surge no ano (1972) em que é também assinada a ‘Declaração de Estocolmo’ no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, onde é trabalhada, de forma holística, a ligação entre meio ambiente, património e desenvolvimento sustentável. Assunto que parece estar na ordem do dia de forma crescente. Disso dera já testemunho a ‘Declaração de Santiago’ do ICOM-*International Council of Museums* (Paris, 1946) com um conjunto de recomendações decorrentes do debate realizado em torno do papel e relevância social dos museus, em especial no que se refere à educação das comunidades, numa ação especialmente importante após o término da II GM.

Existe, por conseguinte, nos anos 60 e 70, um panorama internacional norteado por conceitos e práticas ocidentais que parecem sustentar a emergência de uma política patrimonial centrada agora também no bem-estar das comunidades. Contexto que será propício ao aflorar e asseverar da ideia de ‘arqueologia pública’.

Não obstante, poder-se-á questionar onde se situa esta nova noção num quadro mais alargado de maior demanda de finalidade social da própria produção científica, revigorada agora por todo um debate estabelecido em torno do lugar e da pertinência da ciência fundamental e da ciência aplicada¹¹⁰. Uma reflexão que parecia tender a afastar as ciências naturais e exatas das ciências humanas e sociais, com consequências (im)previsíveis para o financiamento das últimas, face ao avolumar da internacionalização da competitividade industrial que insta ao reforço da institucionalização da política científica. Neste âmbito, observamos o afirmar da atividade arqueológica ao ampliar o seu campo de atuação e nele fazer confluir projetos multidisciplinares e interdisciplinares para uma melhor compreensão de parcelas do passado, mais ou menos longínquo no tempo. Tudo, no sulco de uma década - 60 -, caracterizada por uma profunda agitação social (*vide supra*) que urge analisar e transpor, também por intermédio da metodologia de trabalho das ciências sociais que são assim reconhecidas de pleno direito pela Academia, ingressando na esfera universitária onde gravitam há muito as ciências humanas.

Não surpreenderá, por conseguinte, que também a arqueologia registe, então, alterações no seu próprio entendimento enquanto ciência e na metodologia de trabalho que segue. Paulatinamente, afasta-se do estudo exclusivo do passado esteado

¹¹⁰ Tratar-se-á, ainda assim, de uma questão interessante por nos relembrar, de algum modo, a *Querela* entre *Antigos e Modernos* dos séculos XVII e XVIII, e a discussão sobrevinda em meados de Novecentos sobre ciência "fundamental"/ "pura"/ "básica" vs. ciência "prática", ainda no rescaldo da II Guerra Mundial.

na análise da cultura material, para se aproximar de uma maior compreensão da relevância da sua relação com a sociedade contemporânea. Por isso começa a recorrer com maior frequência à memória oral, não apenas para localizar artefactos arqueológicos e putativos atores do seu estudo, mas para aferir relações de conhecimento, sentimentos e emoções gerados e amplificados ao longo dos tempos entre comunidades, sítios, materiais e seus territórios, e com os quais se foram modelando de igual modo identidades e narrativas (escritas e iconográficas) (Peralta e Anico, 2006; Alatalo, 2015; Bodicce, 2018; Martins, 2020). Uma abordagem trabalhada com a consciência de que o processo de produção de conhecimento e património arqueológico não pode ser entendido na totalidade fora dos seus contextos, sejam eles de ordem política, económica, social, cultural ou mental. Contextos estes que são, por vezes, instados e alimentados por projetos arqueológicos, ao mesmo tempo que por eles corroborados.

Mas como definir ‘arqueologia pública’ quando o nível de participação do público continua a ser, ainda hoje, essencialmente passivo, absorvendo conhecimentos que lhe são transmitidos, mormente (mas não em exclusivo) por arqueólogos e arqueocientistas?

Trata-se de uma questão assaz pertinente cuja resposta poderá ser encontrada na análise sociocultural da relação que vem sendo mantida entre arqueologia e público. Uma ligação que tem sido (mesmo que de modo insciente) maioritariamente unidirecional, como se o público fosse um mero recetor e consumidor acrítico dos dados apresentados por lhe serem (presumidamente) estranhas ou longínquas – do ponto de vista geográfico, histórico ou sentimental -, as realidades materiais estudadas e apresentadas. Uma espécie de monólogo que parece supor o público como parte inativa de um passado do território que habita e frui.

Contudo, a ‘arqueologia pública’, num primeiro momento (mais pormenorizado), e a ‘comunitária’ (vide infra), num segundo, exigem um envolvimento das comunidades em todo o processo de produção de projeto arqueológico desenhado para um determinado território e suas comunidades. Território que se vai modelando de acordo com múltiplos fatores, nomeadamente pela mutação registada no seio das próprias comunidades humanas que nele residem, que o vivenciam, mais ou menos, periodicamente e que o transitam por razões variáveis. Um envolvimento que importa quando da conceção de projetos, mas também da sua execução e perpetuação. Daí que

se deva aplicar conceitos como os de trans-memória, trans-historicidade e trans-contextualidade (Serrão, 2001 e 2008), sem esquecer que toda a prática arqueológica em Portugal deve ser supervisionada por organismos públicos, de acordo com o quadro legal vigente. Particularidade do nosso país que insta - ao mesmo tempo que possibilita -, a integração da esfera privada no amplo, diversificado e desejavelmente inclusivo debate público para encontro de interesses, objetivos e concretizações comuns. Espaços que a arqueologia encontra, de um modo transnacional, por exemplo, na revista *Current Archaeology*¹¹¹ ou no *website* sobre Çatalhöyük concebido pelo arqueólogo inglês Ian Hodder (1942-)¹¹².

Arqueologia, território e comunidade

São já inúmeros os títulos de publicações em torno da multiplicidade de (re)utilizações ideológicas e políticas do património (Walsh, 1996; Smith, 2006; Torrico, 2006). Muito se tem de igual modo recorrido acerca das (re)fruições de outro nível, mais pragmático. Mas não devemos esquecer que o património é composto de afetos, emoções e memórias identitárias, desde o momento em que é pensado até à sua condição atual, passando pelas suas diversas fruições e interpretações. Não surpreende, por isso, que haja necessidade de (re)estabelecer ligações entre pessoas, comunidades e territórios, num processo de descoberta contínua pelos sentidos dos lugares (Schofield e Szymanski, 2001). Um caminho de revelação que permite vincular aqueles a estes e assim garantir a valorização dos primeiros ao torná-los significantes para os segundos (David Crouch, 2015).

Não será, contudo, simples alcançar a real dimensão e o modo de envolvimento dos afetos, sentimentos e emoções memorizados na preservação do património, sobretudo pela incerteza que podem surgir sobre os mesmos, eventualmente adensada pela sua imensurabilidade. Mais do que uma complexidade, tratar-se-á de uma dúvida persistente mesmo perante experiências positivas reunidas noutros países, como na Inglaterra onde os ‘Princípios de Conservação’ (2018) abraçam a ideia segundo a qual, sendo de todos e para todos, o património deve ser objeto de participação ativa dos cidadãos, independentemente dos seus contextos de produção e utilização, assim

¹¹¹ *Current Archaeology* foi lançada no Reino Unido em 1967 pelo casal Andrew and Wendy Selkirk e é a revista dedicada à divulgação arqueológica com maior volume de vendas em todo o mundo.

¹¹² [Çatalhöyük Research Project | Excavations of a neolithic anatolian höyük \(catalhoyuk.com\)](http://catalhoyuk.com).

como das leituras geradas em seu torno. Intervenção que não terá propriamente como único objetivo contribuir para o movimento qualitativo de visitantes e consumidores (Schofield, 2015: 417-418), mas concorrer para espigar a autoestima das comunidades de um determinado território, designadamente por via dos elementos incorpóreos, mesmo quando associados, direta ou indiretamente, a materialidades.

Também por isto fará sentido criar uma ‘Carta dos Direitos do Património’¹¹³, considerando que este (= património) o é porque existem sociedades que o imaginam, constroem, vivem, sentem, compreendem, memorizam, reutilizam e mantêm:

É em nome desse mesmo valor que se impõe que lhe sejam respeitados direitos, tal como os que se seguem: [...] // 8. Os monumentos e obras de arte têm direitos a desempenhar uma *função de cidadania pelo facto de assumirem sempre um valor testemunhal*. // 9. Os monumentos e obras de arte têm direito a dar cumprimento às suas *mais-valias* históricas, estéticas, pedagógicas e *sociais* que, tal como ontem, continuarão sempre operativas. // 10. Os monumentos e obras de arte têm *direitos de inclusão face à heterogeneidade* (religiosa, social, rática, política) *dos seus interlocutores de ontem, de hoje e de amanhã*¹¹⁴

Precisamente porque replica parcelas da sociedade, em cada momento e em cada lugar, funcionando como âncora de pensamentos e ações, ao mesmo tempo que une comunidades e territórios, independentemente da natureza e do grau de memórias, sentimentos e emoções que germina junto dos mesmos, o património deve ser gerido de modo integrado, como integrado é o mundo e quem nele existe. E são os cidadãos, a título individual, e as comunidades, a nível coletivo, quem, juntamente com profissionais do património, mormente conservadores-restauradores, conferem o direito à sobrevivência patrimonial, evitando ou adiando a sua morte, seja por ignorância, vandalismo, despesismo, belicismo ou fenómenos naturais. É neste sentido que podemos e devemos falar de ‘arqueologia pública’, não por oposição a uma putativa ‘arqueologia privada’, mas por significar o entrosamento de todos os atores na produção arqueológica, aquela que concentra a nossa atenção de momento. Noção de

¹¹³ [CARTA DE DIREITOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](http://icom-portugal.org)

¹¹⁴ [CARTA DE DIREITOS DO PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](http://icom-portugal.org). Nossos itálicos.

identidade pública da arqueologia que revemos, mesmo que indiretamente, na carta encíclica *Laudato si* do Papa Francisco, publicada a 24 de maio de 2015, sobre o cuidado da ‘Casa Comum’, nomeadamente quando afirma ser,

preciso integrar a história, a cultura e a arquitetura dum lugar, salvaguardando a sua identidade original. Por isso, a ecologia envolve também o cuidado das riquezas culturais da humanidade, no seu sentido mais amplo (112) [...]. // o desenvolvimento dum grupo social supõe um processo histórico no âmbito dum contexto cultural e requer constantemente o protagonismo dos atores sociais locais a partir da sua própria cultura (113)

Uma gestão integrada apenas possível com o envolvimento dos cidadãos e das sociedades, numa relação bidirecional e de responsabilidade mútua de tomada de decisões e de execução de procedimentos de valorização. Ademais, cumprir este desígnio significa concretizar um princípio implícito em pelo menos dois dos 17 ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU): 4. Educação de Qualidade; 10. Reduzir as Desigualdades.

Importará, contudo, saber em que medida o reconhecimento e a prática da ‘arqueologia pública’ serão assim tão perceptíveis. Parecem sê-lo para quem ocupa lugares de técnicos superiores na área da arqueologia em instituições públicas, independentemente da sua natureza ou amplitude. Assim serão também para quem, encontrando-se ao serviço de empresas privadas de arqueologia ou com atividade arqueológica, cumpre os procedimentos legais - donde públicos -, definidos para o efeito. Parecem sê-lo, ainda, para quem, lecionando em estabelecimentos de ensino público e privado, conduz trabalhos arqueológicos segundo esses mesmos trâmites.

Mas será suficiente encontrar-se ao serviço de entidades públicas ou privadas sujeitas ao direito público, para que a arqueologia praticada seja pública ou considerada como tal? Ou será que se toma por pública a arqueologia realizada perante o olhar público, com dinheiros públicos e para finalidades públicas, independentemente de revestirem a forma de sítios ou coleções visitáveis? Em suma, por que razão se fala de arqueologia pública, concretamente em Portugal? Estaremos numa espécie de *lost in translation* se alguém afirmar ter praticado sempre uma *arqueologia pública*? Possivelmente.

História da arqueologia, identidade, memória e emoção

E quanto à história da arqueologia? Que papel pode e deve assumir esta especialidade no contexto da ‘arqueologia pública’, que tem alcançado terreno estimável já neste século XXI, nomeadamente pelo seu contributo para o desvendar de parcelas esquecidas ou truncadas de diferentes pretéritos¹¹⁵, especialmente ao abranger um número crescente de conceitos específicos e aparentemente tão díspares quanto complementares, como os de arqueologia comunitária¹¹⁶ e colaborativa (Tully, 2007); feminista e de género (Díaz-Andreu e Sorensen, 1998; Martins, 2016); pós-colonial, indígena, etnográfica e de estudos patrimoniais?

Se atendermos à história da ciência e seus desdobramentos temáticos, compreenderemos com maior facilidade a importância da história da arqueologia na construção de projetos com a imprescindível componente societal. Componente para a qual deve contribuir, revelando episódios, visibilizando atores e destacando particularidades de territórios e comunidades na composição de páginas de uma história mais alargada. Por isso, também, a história da arqueologia pode e deve concorrer para o aumento e fortalecimento da autoestima de quem reside numa determinada geografia, que é física, mas de igual modo e, por conseguinte, sentimental (Babo, Guerra e Quintela, 2007; Carvalho, 2017).

Uma geografia composta de paisagens englobando contextos sistémicos e lugares de memória que são por vezes transformados em novos identitários que abrem caminho à composição de renovadas referências e marcadores, assim como ao sequente apagar ou esbater de memórias. Trata-se, na verdade, de uma autoestima potenciadora, ao mesmo tempo que resultante, do desenvolvimento sustentável dessa mesma geografia totalizante que assim se deverá tornar de igual modo atrativa para a fixação de novas gentes perpetuadoras de um passado revelado no presente para melhorar o futuro. Por isso urge continuar a promover projetos de investigação que aproximem a produção de conhecimento científico e patrimonial - neste caso, arqueológico -, território e comunidades, num verdadeiro exercício de ‘ciência cidadã’

Em Portugal, temos assistido desde há muito a inúmeras atividades organizadas com este intuito, acima de tudo nos contextos de dias específicos que ritmam o anual

¹¹⁵ Relevância contida, por exemplo, na revista quadrimestral *Public Archaeology*, editada pelo arqueólogo inglês Tim Schadia-Hall desde 2000 e publicada pela *Maney Publishing*.

¹¹⁶ Importância contemplada no *Journal of Community Archaeology & Heritage*, publicado pela *Taylor & Francis*.

calendário científico e patrimonial¹¹⁷. Mas outros projetos se têm perfilado no horizonte, mais concordantes **com um sentimento amplo e profundo de ‘arqueologia pública’, envolvendo, desde o primeiro momento, territórios e suas comunidades e que** podem inspirar outros a serem desenhados num futuro próximo, entrelaçando arqueologia, sociedade e desenvolvimento local ou regional¹¹⁸. Porque as realidades de âmbito local, regional, nacional e transnacional são diversas e as precisões variadas, sendo que as hipóteses emergem, com frequência, da sua intersecção em sociedades em permanente (ainda que, por vezes, lenta) mutação.

Experiências que têm, por seu turno, demonstrado a importância da atuação de organismos como associações, academias, instituições de ensino superior, museus, fundações e empresas no desenrolar da atividade arqueológica, em íntima conexão com populações locais convocadas para os projetos a gizar e em curso, integrando-se em processos de estudo, preservação e divulgação, e procurando entender a ligação emocional e intelectual que com eles vão estabelecendo (Smith, 2006). Disso são exemplo todos quantos contemplam a recolha de memórias orais fundamentais à compreensão, não apenas da dimensão mais científica das histórias a construir, como de toda uma outra que confere maior humanidade a esta: a das relações interpessoais e ecossistémicas. Por isso, também, a história da arqueologia se tem tornado crescentemente multidisciplinar e interdisciplinar, não escusando olhares antropológicos, etnográficos e sociológicos, aos quais se somam os da história da arte e, até, da etnobotânica. Por isso, também, a história da arqueologia se tem mostrado essencial no cumprimento de alguns ODM, a exemplo da promoção da "igualdade entre os sexos e capacitar as mulheres", ao desvendar e contextualizar nomes que, por um motivo ou outro, permaneceram na sombra da história (*vide supra*). Nomes olvidados que irrompem de igual modo no masculino, como esquecidos são, por vezes, alguns projetos, sítios, coleções, museus e edições.

Por outras palavras, estaremos perante uma arqueologia que, tendo sido (quase) sempre pública, assume agora um carácter ativista pela maior consciência do papel da

¹¹⁷ Casos, entre outros, dos Dias Internacionais dos Monumentos e Sítios, dos Museus; das Jornadas Europeias de Arqueologia, do Património.

¹¹⁸ Exemplos: ‘RIBACUDANA - associação de fronteira para o desenvolvimento comunitário’ e ‘Vila Nova de São Pedro - VNSP 3000’.

arqueologia na sociedade ao permitir dar voz a quem não a tem, a perdeu ou não a conseguiu manter ou recuperar¹¹⁹.

Reflexões finais

Entender de que modo as comunidades percecionam e fruem os sítios, os artefactos, as exposições e os seus atores, permitirá compreender melhor a dinâmica estabelecida ao longo dos tempos entre património arqueológico, território e demais comunidades, para lançar, robustecer e (re)construir vínculos entre o passado e o presente, numa perspetiva de futuro comum. Um futuro que deve começar a ser composto no presente, potenciando sítios e objetos como elementos (in)formais de intercâmbio educativo, cultural e científico, mas de igual forma como constituintes de socialização, inclusão, regeneração e coesão comunitária, assim como na sua relação com o turismo cultural (Gill, 2007), no contributo para o desenvolvimento económico do território, e afirmações identitárias, ideológicas e políticas (Torrico, 2006). Porque, no final, são as comunidades que fazem os lugares e os objetos, vivenciando-os e, perpetuando-os por entre um intrincado complexo de memórias, sentimentos e emoções.

Neste contexto, para lá de muitas outras das suas “utilidades” (aparentemente) mais óbvias, a história da arqueologia continuará a importar sempre que concorra para o exercício de uma arqueologia pública, mormente no cumprimento de ODM, ainda que orientada por especialistas, ou seja, por arqueólogos na sua interligação a muitas outras áreas do conhecimento e em comunhão com os territórios e as comunidades onde atuam.

Lisboa, Primavera de 2022

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão para a organização das IV Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano (Castelo de Vide, 25 e 26 de março de 2022), na pessoa da Prof. Doutora Leonor Rocha, da Universidade de Évora.

¹¹⁹ São disto exemplo, em Portugal, os projetos ‘Trabalhadores forçados portugueses no III Reich, 1939-1945. Memória, responsabilidade, futuro’; à recolha de memórias, sobretudo orais, promovida pelo Museu Nacional da Resistência e da Liberdade; à realização, em Lisboa, do ‘1.º Encontro Memória para Todos. História, Memória e Comunidade(s)’ onde foram apresentados resultados preliminares dos projetos arqueológicos “Adegas da Memória” e “Arquivos de Memória”, este último do Parque e Museu do Côa.

Bibliografia sumária

- A.V.V. – *100 anos de Património: memória e identidade. Portugal 1910-2010*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico I.P., 2011, 2ª edição. P.223.
- ADORNO, T. W. (1991) - *The Culture Industry: Selected Essays on Mass Culture*. London: Routledge.
- ALATALO, M. (2015) - *Reading Pictures, Constructing Narratives - A Study upon Pictorial Narrativity and a Narrative Analysis of Work Photography*. Pro Gradu Thesis. University of Lapland, Faculty of Art, and Design. 82 p.
- ASCHERSON, N. (2000) - Editorial. *Public Archaeology* 1(1), 1-4. Bender, B. 1998. Stonehenge. Oxford and New York: Berg.
- BABO, E., GUERRA, P. e QUINTELA, P. (2007) - Estruturas museológicas, desenvolvimento, envolvimento e participação local: uma aproximação a alguns casos portugueses. In *Atas das IX Jornadas do Departamento de Sociologia da Universidade de Évora - Transpondo Fronteiras*, 15 p. [https://sigarra.up.pt/faup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=75086].
- BELTRÁN, J., FABIÃO, C. e MORA, B., eds. (2019) - *La Historia de la Arqueología Hispano-Portuguesa a Debate*. SPAL Monografías Arqueología, XXX. Universidade de Sevilha: Universidade de Málaga, UNIARQ / Universidade de Lisboa.
- BODICCE, R. (2018) - *The history of emotions*. Manchester: Manchester University Press.
- CALHOUN, C. (1992) - Introduction, in Calhoun, C. (ed.) *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1-48.
- CARMAN, J. (2002) - *Archaeology and Heritage: An Introduction*. London and New York: Continuum. Çatalhöyük [website, <http://catal.arch.cam.ac.uk>] [Accessed on 31 March 2004].
- CARVALHO, D. A. S. (2017) - *Ensaio sobre a relação entre as comunidades locais e o seu património cultural - a comunidade de Castro Laboreiro como estudo de caso*. [disponível em http://www.cta.ipt.pt/download/OIPDownload/ideario_JULHO_2.pdf]
- CROUCH, D. (2010) - Flirting with space: thinking landscape relationally, *Cultural Geographies*, 17 (1), p. 5-18.
- CROUCH, D. (2015) - Affect, Heritage, Feeling, in E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan, p. 177-190.

- DAVIDSON, J. at al. Eds., (2005) - *Emotional Geography*, Farnham, Ashgate.
- DIAZ-ANDREU, M. (2007) - *A World History of Nineteenth-Century Archaeology: Nationalism, Colonialism, and the Past*. Oxford: Oxford University Press.
- DIAZ-ANDREU, M. and SØRENSEN, M.-L. S., eds. (1998) - *Excavating Women: A History of Women in European Archaeology*. London: Routledge.
- FAULKNER, N. (2000) - Archaeology from Below. *Public Archaeology* 1(1), 21-33.
- FERREIRA, D. J. da S. (2013) - *O Património Cultural na Avaliação de Impacte Ambiental em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa. FLUP. Porto.
- FOUCAULT, M. (1972) - *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock Publications.
- GIDDENS, A. (1984) - *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- GILL, A (2007) - *Turismo, Comunidades e Gestão de Crescimento*. In *Compêndio de Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 631-646.
- HABERMAS, J. (1989) - *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Cambridge: Polity Press.
- HEWISON, R. (1987) - *The Heritage Industry: Britain in a Climate of Decline*. London: Methuen.
- KOOIMAN, J. (1993) - Socio-Political Governance: Introduction, in Kooiman, J. (ed.) *Modern Governance: New Government-Society Interactions*. London: Sage Publications, 1-8.
- MARTINS, A. C. (2003) - *Possidónio da Silva (1806-1896) e o resgate da memória. Um percurso na arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- MARTINS, A. C. (2005) - *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. 100 anos de (trans)formação (1863-1963)*. [texto policopiado]. Tese de doutoramento em História apresentado à Universidade de Lisboa.
- MARTINS, A. C. (2016) - **Pioneiras da Arqueologia em Portugal: “another brick” against “the wall” of indifference**. Maria de Lourdes Costa Arthur (1924-2003). *Clepsydra. Revista de Estudos del Género y Teoría Feminista*, 15, p. 77-100.
- MARTINS, A. C. (2020) - Território, comunidade, memória e emoção: a contribuição da história da arqueologia (algumas primeiras e breves reflexões). In Arnaud, J. M., Neves, C. e Martins, A. (eds.), - *Arqueologia em Portugal – estado da questão. 2020*. Lisboa: AAP e CITCEM, p. 17-24.

- MATSUDA, A. and SCHADLA-HALL, T. (1999) – Editorial. *Public Archaeology. European Journal of Archaeology* 2(2), 147-158.
- MATSUDA, A. (2004) - **The Concept of ‘the Public’ and the Aims of Public Archaeology.** *Papers from the Institute of Archaeology* 15: 66-76.
- MCGIMSEY, C. R. (1972) - *Public Archaeology*. New York: Seminar Press.
- MCGUIGAN, J. (1996) - *Culture and the Public Sphere*. London and New York: Routledge.
- MCMANAMON, F. P. (2000) - Archaeological Messages and Messengers. *Public Archaeology* 1(1), 5-20.
- MERRIMAN, N. (2004) - Introduction: Diversity and Dissonance in Public Archaeology, in Merriman, N. (ed.) *Public Archaeology*. London: Routledge, 1-17.
- MERRIMAN, N. (2002) - Archaeology, Heritage and Interpretation. in Cunliffe, B., Davies, W. and Renfrew, C. (eds.) *Archaeology: The Widening Debate*. Oxford and New York: The British Academy, 541-566.
- PERALTA, E. e ANICO, M. (2006) - *Patrimónios e identidades: ficções contemporâneas*. Oeiras: Celta Editora.
- RENFREW, C. and Bahn, P. (2000) - *Archaeology: Theories, Methods and Practice*. London: Thames and Hudson.
- RODRIGUES, P. S. (2007) - O passado é uma cidade ideal: um olhar sobre a patrimonialização de Évora, *Revista de História da Arte*, 4, p. 270-296.
- SALAS ÁLVAREZ, J. de la A. (2019) - El interés de la Ilustración española por las antigüidades portuguesas. El caso de Évora. In BELTRÁN, J., FABIÃO, C.s e MORA, B., eds. - *La Historia de la Arqueología Hispano-Portuguesa a Debate*. SPAL Monografías Arqueología, XXX. Universidade de Sevilha: Universidade de Málaga, UNIARQ / Universidade de Lisboa, p. 27-56.
- SALES, J. das C. (2017) - Recuperação do Património Arquitetónico do Antigo Egito: o caso de Abu Simbel. *Discursos*. [Em linha]: 3, nº 6 (Out. 2005). p. 29-66. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/4318>
- SAMUEL, R. (1994) - *Theatres of Memory*. London: Verso.
- SCHOFIELD, J. (2015) - Thinkers and Feelers: A Psychological Perspective on Heritage and **Society**” in E. Waterton e S. Watson, eds., *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*. Basingstoke and New York: Palgrave Macmillan, p. 417-425.
- SCHOFIELD, J. (ed.) (2016) - *Who needs experts? Counter-Mapping Cultural Heritage*. Farnham: Ashgate.

- SCHOFIELD, J. and R. Szymanski, R. (201) - *Local Heritage, Global Context. Cultural Perspectives on Sense of Place*. New York: Routledge.
- SERRÃO, V. (2001) - *A cripto-história de Arte*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, V. (2008) - *A trans-memória das imagens. Estudos iconológicos de pintura portuguesa (sécs. XVI-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SMITH, L. (2006) - *Heritage as a Cultural Process. In Uses of heritage*. London: Routledge.
- TORRICO, J. A. (2006) - Patrimónios e discursos identitários. In *Patrimónios e Identidades: Ficções*. Oeiras: Celta Editora, p.21-34.
- TULLY, G. (2007) - Community archaeology: general methods and standards of practice. *Public Archaeology*, 6: 3, p. 155–187.
- UCKO, P. (2000) - Foreword, in McManus, P. M. (ed.) *Archaeological Displays and the Public: Museology and Interpretation*. London: Institute of Archaeology, University College London, ix-xi.
- WALSH, K. (1992) - *The Representation of the Past: Museums and Heritage in the Postmodern World*. London and New York: Routledge.
- WEBER, M. (1978) - *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press.
- WRIGHT, P. (1985) - *On Living in an Old Country: The National Past in Contemporary Britain*. London: Verso.